

# **RETRATOS DE GOVERNANÇAS DAS ÁGUAS NO BRASIL**

Perfil dos Representantes Membros de comitês  
de Bacias Hidrográficas do Estado do Espírito Santo

**Fernanda** Matos

**Alexandre** de Pádua Carrieri

**Ivan** Beck Ckagnazaroff

**Angelo José** Rodrigues Lima

**Haroldo** Bontempo Júnior

**Fernanda** Matos  
**Alexandre** de Pádua Carrieri  
**Ivan** Beck Ckagnazaroff  
**Angelo** José Rodrigues Lima  
**Haroldo** Bontempo Júnior

# **Retratos de governanças das águas do Brasil: perfil dos representantes membros de comitês de bacias hidrográficas do Estado do Espírito Santo**

Belo Horizonte  
FACE/UFMG  
2019

Este relatório compõe uma série sobre o Perfil dos Representantes Membros de Comitês de Bacia Hidrográfica no Brasil, integrando o Projeto Governança dos Recursos Hídricos.

© Este material pode ser utilizado desde que citado a fonte.

**Este Relatório e a coleção completa pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Publicações do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD) Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**

**Acesse:** <https://blogdoneos.wordpress.com>

**/// Fernanda Matos**

Doutoranda em Administração, UFMG.

**/// Alexandre de Pádua Carrieri**

PhD em Administração. Professor Titular, UFMG.

**/// Ivan Beck Ckagnazaroff**

PhD em Administração. Professor Titular, UFMG.

**/// Angelo José Rodrigues Lima**

Doutor em Geografia; Secretário Executivo do Observatório da Governança das Águas.

**/// Haroldo Bontempo Júnior**

Graduando em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

R438  
2019      Retratos de governanças das águas do Brasil: perfil dos representantes membros de comitês de bacias hidrográficas do Espírito Santo / Fernanda Matos ... [et al.]. – Belo Horizonte: FACE - UFMG, 2019.

ISBN:

Inclui bibliografia.

1. Recursos hídricos - Desenvolvimento. 2. Bacias hidrográficas – Espírito Santo.  
3. Governança. I. Matos, Fernanda. II. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.

CDD: 333.7

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – AKR/121/2019

\* Agradecemos aos representantes pelo tempo dedicado para responder o questionário de pesquisa, e a todos que auxiliaram na realização de contatos com os Membros Representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado..

5

## APRESENTAÇÃO

6

## OS COMITÊS DA BACIA

8

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

9

## OS COMITÊS DA BACIA HIDROGRÁFICA EM ESPÍRITO SANTO

12

Composição e representação

13

Perfil socioeconômico dos representantes

20

Percepções dos representantes  
sobre o processo decisório

25

Percepções dos representantes  
sobre os organismos colegiados

32

## APONTAMENTOS FINAIS

36

## REFERÊNCIAS



# APRESENTAÇÃO

A gestão das águas, como um bem de domínio público, apresenta-se como um dos maiores desafios colocados para a sociedade nos últimos tempo, dada sua fundamental importância na vida humana e no meio ambiente.

Este relatório compõe a série 'Retratos de Governanças das Águas' que tem como objetivo analisar o perfil dos representantes membros de comitês de bacia hidrográfica no Brasil, integrando o Projeto Governança dos Recursos Hídricos.

O desenho do estudo partiu da perspectiva que podemos analisar os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), como arranjos de governança compostos por diferentes atores que possuem atribuições de mediar, articular, aprovar e acompanhar as ações para o gerenciamento dos recursos hídricos de sua jurisdição. Os Comitês são órgãos colegiados que possuem atribuições normativas, consultivas e deliberativas, que têm por objetivo promover o planejamento e a tomada de decisões acerca dos usos múltiplos dos recursos hídricos no âmbito da bacia hidrográfica, região compreendida por um território e por diversos cursos d'água.

Se trata de uma pesquisa exploratória e descritiva na qual procurou se, a partir de uma primeira exploração das informações disponíveis, descrever a característica dos atores que participam da gestão dos recursos hídricos, com vista a identificar: quem são os atores que participam dos processos de formulação das políticas das águas no nível de bacias hidrográficas e quem são os sujeitos sociais que participam dos processos de formulação e deliberação de políticas da gestão dos recursos hídricos.



# OS COMITÊS DA BACIA



**A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) foi instituída tendo como objetivo principal assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, buscando a prevenção e o desenvolvimento sustentável pela utilização racional e integrada dos recursos hídricos. Alguns de seus princípios foram:** o reconhecimento da água como bem público, finito e vulnerável, dotado de valor econômico e; adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento descentralizada e participativa. Segundo a PNRH, os Estados, assim como o Distrito Federal, são responsáveis pela gestão das águas sob seu domínio, devendo, então, elaborar legislação específica para a área, organizar o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e garantir o funcionamento dos comitês de bacia em sua região. Cabe aos os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promover a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos (Brasil, 1997).

Como estabelecido pela PNRH, os Comitês de Bacia Hidrográfica são fóruns de decisões no âmbito das bacias hidrográficas. Estes destinam-se a atuar como “Parlamento das Águas”, ou seja, são organismos colegiados consultivos e deliberativos para a gestão dos recursos hídricos na respectiva escala hidrográfica. Eles se caracterizam pela: descentralização do poder de decisões; integração das ações públicas e privadas e; participação de todos os setores sociais. A sua constituição está prevista na Lei no 9433/1997 com vista ao estabelecimento de espaços de interação entre o poder público e atores da sociedade e mercado, estando principalmente voltados à promoção de articulação política no âmbito local. Em outras palavras, à eles são atribuídos a promoção dos debates das questões relacionadas aos recursos hídricos na totalidade da bacia hidrográfica. Portanto, a instalação dos comitês de bacias é atividade primordial para o bom andamento da gestão das águas.



## SUAS PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS, NO ÂMBITO DE SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, SÃO:

- **I)** promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- **II)** arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- **III)** aprovar o plano de recursos hídricos da bacia;
- **IV)** acompanhar a execução do plano de recursos hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- **V)** propor ao conselho nacional e aos conselhos estaduais de recursos hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;
- **VI)** estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;
- **VII)** estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.



Os Comitês são compostos por membros titulares e suplentes, sendo sua estrutura paritária constituída pelo poder público estadual cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação: o poder público municipal; os usuários de água de sua área de atuação e; representantes das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia. Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias cujos territórios abrangem terras indígenas devem ser incluídos representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como parte da representação da União, e das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia.

O processo eleitoral desses membros, como estabelecido pela Agência Nacional das Águas (2011b), deve ser conduzido de modo a garantir a oportunidade de participação de todos os atores da bacia. Os membros que compõem o colegiado são escolhidos entre seus pares, sejam eles dos diversos setores usuários de água, das organizações da sociedade civil ou dos poderes públicos.

# ASPECTOS METODOLÓGICOS

Bobbio (1986), em seu trabalho “O Futuro da Democracia”, já advertia que um processo democrático é caracterizado por um conjunto de regras que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. O autor ainda destaca que mesmo as decisões de grupo são tomadas por indivíduos (o grupo como tal não decide). Por isto, afirma o autor, “para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras que estabeleçam quais são os indivíduos” autorizados a tomar as decisões vinculantes ao grupo, o arranjo representativo e as ações oriundas deste. Portanto, parte-se do pressuposto que o pleno funcionamento dos comitês e o exercício ativo dos representantes dos diferentes segmentos deveria contribuir para assegurar o acesso sustentável à água de qualidade, em quantidade adequada à manutenção dos meios de vida, do bem estar humano e do desenvolvimento socioeconômico. Ou seja, promover a segurança hídrica deve ser o foco principal daqueles que realizam a gestão dos recursos hídricos.

8

No que se refere aos procedimentos necessários à obtenção de dados, na primeira etapa recorreu-se ao levantamento da quantidade de Comitês de Bacia Hidrográfica no Estado e a quantidade de membros em cada organismo. À medida que iam sendo obtidos esses dados, já na segunda etapa da pesquisa foram realizados os contatos e envio de questionários por meio eletrônico para os representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) abrangidos. Os sujeitos da pesquisa foram compreendidos como “atores sociais” com o potencial para protagonizar o processo de formulação, implementação e avaliação das ações voltadas para à política de águas, expressando as demandas sociais.

No processo de análise das respostas recebidas foram excluídas aquelas consideradas como duplicidades e as incongruentes, resultando na obtenção de uma amostra de 40% dos assentos, incluindo titulares e suplentes. A operacionalização da análise se baseou no conjunto das seguintes categorias analíticas que orientaram a discussão do problema: I) composição e representação; II) perfil socioeconômico dos representantes e; III) percepção sobre o processo decisório.





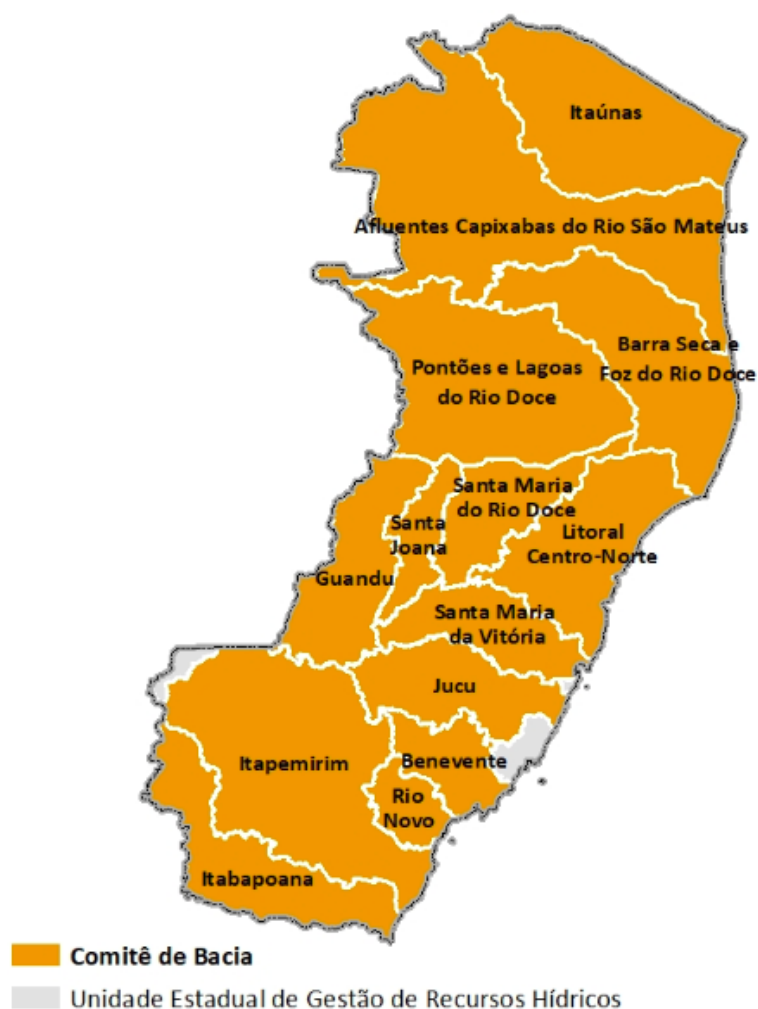
**OS COMITÊS  
DE BACIA  
HIDROGRÁFICA NO  
ESPÍRITO SANTO**

---

No estado do Espírito Santo todas as bacias hidrográficas possuem comitês instalados, sendo 14 comitês instalados. O CBH do Rio Benevente foi o primeiro comitê criado, em 2003 e o Comitê do Rio Itabapoana, foi o último em 2017.

O Estado foi um dos precursores na gestão de recursos hídricos no país, sendo o primeiro a constituir, em 1987, o Consórcio Intermunicipal Santa Maria/Jucu, de maneira a facilitar a negociação entre usuários, num período seco, e, portanto, com dificuldades de gerir seus conflitos (Porto e Porto, 2008; ANA, 2002). No entanto, somente no dia 30 de dezembro de 1998, instituiu sua Política Estadual de Recursos Hídricos e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Lei no 5.818, incorporando os preceitos da Lei Federal de recursos hídricos.

**A Figura 1 a seguir ilustra a distribuição das bacias hidrográficas do Estado do ES.**



**Figura1:** Estado do Espírito Santo. ANA – Pró gestão

O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fundágua) foi criado pela Lei Estadual n.º 8.960/2008 e alterada pela Lei Estadual n.º 9.866/2012. O Fundo é destinado à captação e à aplicação de recursos, como um dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos e para



viabilizar a manutenção e recuperação da cobertura florestal do Estado, de modo a dar suporte financeiro e auxiliar a implementação destes objetivos, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

A atual Política Estadual de Recursos Hídricos no Estado é disposta pela Lei nº 10.179, de 18 de março de 2014, que também estabelece normas gerais sobre o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado.

Apesar do pioneirismo do Estado na criação da Consórcio, em 1987, e posteriormente, a legislação em 1998, o primeiro comitê de bacia somente foi instituído em 2001. Na Tabela 1, a seguir, apresenta de forma detalhada a situação dos Comitês de bacias hidrográficas, criados e instalados, no Estado do Espírito Santo, entre 2003 e 2017.

<b>COMITÊ DE BACIA INSTALADOS</b>	<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>	<b>N. MEMBROS (titulares e suplentes)</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>POPULAÇÃO*</b>
CBH do Rio Benevente	2003	36	4	132.000
CBH do Rio Itaúnas	2004	24	8	89.000
CBH do Rio Novo	2004	24	5	57.000
CBH do Rio Santa Maria do Doce	2005	17	3	123.000
CBH do Rio Itapemirim	2006	42	17	477.000
CBH do Rio Guandu	2007	24	4	74.000
CBH do Rio Jucu	2007	27	6	499.000
CBH do Rio Santa Maria da Vitória	2007	30	5	715.000
CBH do Litoral Centro Norte	2009	32	10	519.000
CBH do Rio São Mateus	2010	24	11	200.000
Comitê da Bacia do Barra Seca e Foz do Rio Doce	2010	30	11	256.000
CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce	2015	36	12	200.000
CBH Santa Joana	2016	18	5	203.012
CBH Itabapoana	2017	33	9	121.704

**397**

**Tabela 1:** Relação de Comitês de Bacias Hidrográficas instalados no Estado do Espírito Santo.

Fonte: AGERH e ANA. Dados de pesquisa



# COMPOSIÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Comitês de bacia hidrográfica são fóruns em que um grupo de pessoas se reúne para discutir sobre um interesse comum que é o uso da água da bacia. Buscando compreender quem são as pessoas que fazem parte desses fóruns, encaminhamos o questionário de pesquisa, dividido em três partes. Nas primeiras questões propostas no questionário encaminhado para os representantes de comitês de bacia buscamos identificar quem são os sujeitos sociais que atuam nesses espaços, apresentando o perfil dos participantes. A partir dessa caracterização pode se analisar e discutir se os organismos de bacia são capazes de incluir sujeitos que estão tradicionalmente pouco inseridos em espaços de decisão.

A composição de um comitê de bacia deverá refletir os múltiplos interesses com relação às águas da bacia. De forma geral, são três os interesses que se expressam nas bacias: dos usuários diretos de recursos hídricos (sujeitos ou não à outorga de direito de uso); dos poderes públicos constituídos (municípios, estados e União) na implementação das diferentes políticas públicas; e das organizações civis na defesa dos interesses coletivos e com o olhar dos interesses difusos. Em resumo, “esse conjunto de representações deve buscar reunir os antagonismos dos interesses sobre a água, porém, o uso dos recursos hídricos deve ser sustentável de modo a assegurar condições não só para as atuais gerações, mas também para as futuras” (ANA, 2011).

Em linhas gerais, pode se dizer a definição das características que qualificam o representante como o mais adequado para defender os interesses de determinado segmento é realizada entre os seus pares em assembleias setoriais, convocadas mediante publicação de edital dos comitês para escolha dos representantes. Esses representantes são geralmente credenciados por uma comissão eleitoral e, depois de cumprida a etapa de apresentação dos documentos comprobatórios estabelecidos pelo comitê, eles se encontram aptos para participar do processo de escolha dos membros do colegiado.

Dos respondentes do questionário de pesquisa, 73% são representantes titulares, e os demais (27%) são suplentes. No que se refere ao setor de representação: 34% dos respondentes pertencem ao segmento dos usuários de água; 21% do poder público



municipal; 35% da sociedade civil e; 10% do poder público estadual. Importa realçar, que no caso da sociedade civil e dos usuários de água, essa representação está relacionada a entidades constituídas, e, nesse sentido, não existe espaço para a participação individual.

Cabe ainda salientar que uma entidade representa um conjunto de seus pares. Uma pessoa é nomeada representante dessa entidade no comitê. Em outras palavras, é atribuído poder a um ator para tomar decisões em nome de uma organização e segmento de representação ao apresentar as perspectivas e ansiedades de um grupo, e ainda assim, pensar no interesse coletivo que é o uso racional dos recursos hídricos. Nessa perspectiva, entende-se que a participação ativa dos representantes pode potencializar a gestão e conservação dos recursos na bacia hidrográfica que participam. Quanto a isso, vale lembrar que Norberto Bobbio (1986) assinala que a regra fundamental da democracia é a regra da maioria, quer dizer que essa é a regra base da qual são consideradas decisões coletivas, e assim vinculadas para o todo o grupo, as decisões aprovadas pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão.

## PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS REPRESENTANTES

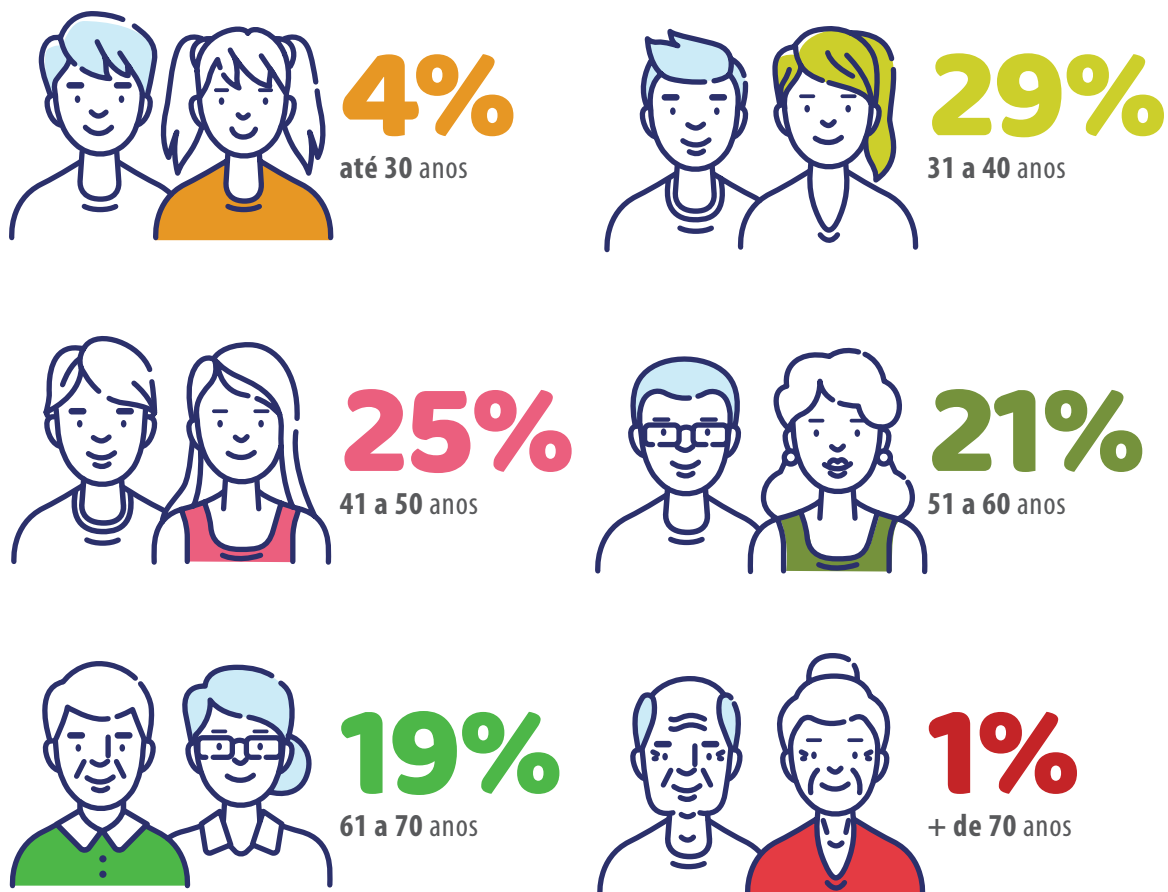
13

Quando é observado o perfil dos representantes de acordo com o gênero, percebe-se inicialmente, que de forma geral, os CBH do Estado de Espírito Santo possuem uma composição predominantemente masculina, ou seja, que o percentual dos homens (81%) é mais que o dobro das mulheres (19%). Se faz necessário enfatizar a necessidade de trabalhar a questão de gênero, no que diz respeito à composição dos comitês de bacia hidrográfica.



**Gráfico 1:** Distribuição dos representantes por sexo. Dados de pesquisa

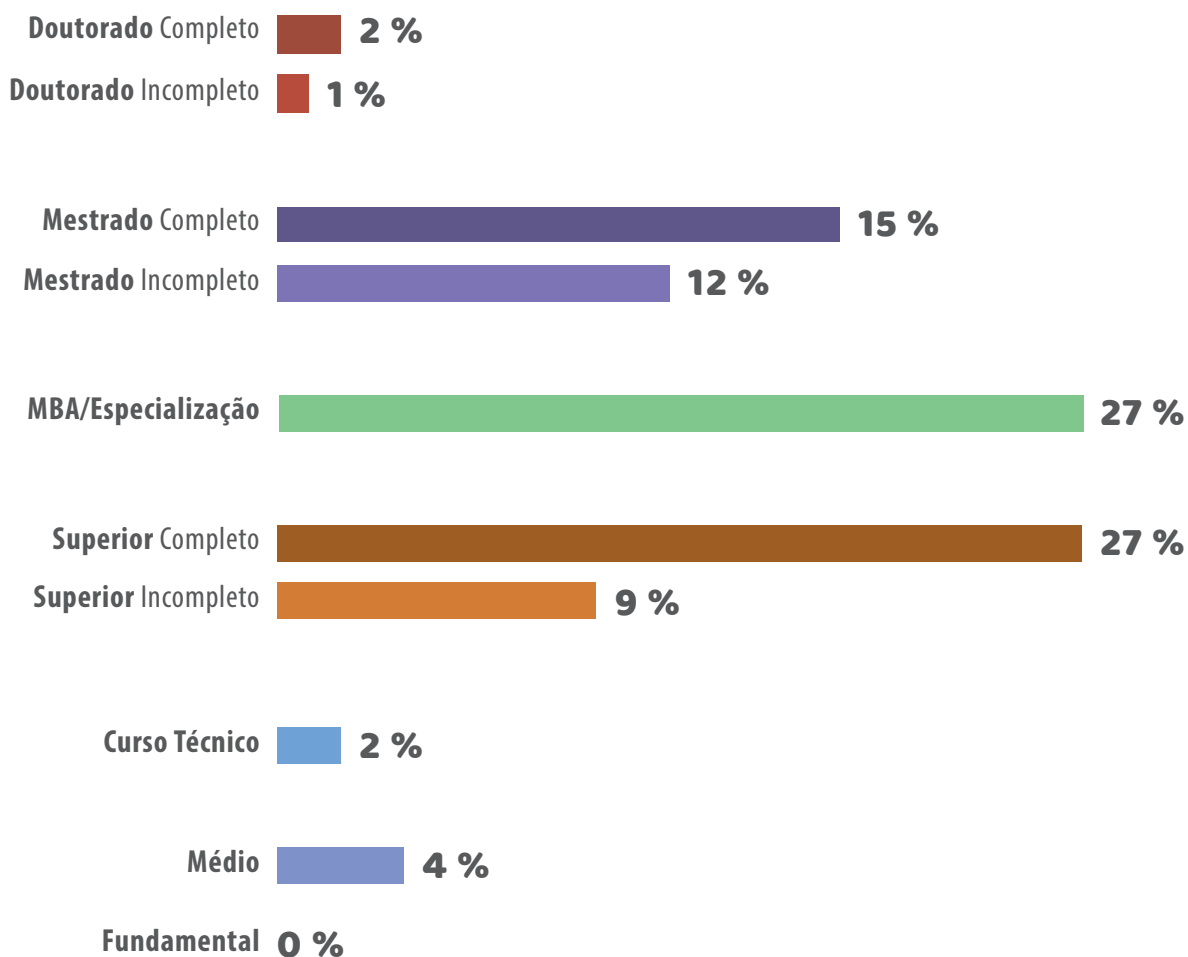
A seguir, o Gráfico 2, indica como estão distribuídos os representantes nos comitês de bacia no Estado do Espírito Santo. Os dados permitem assinalar, que a distribuição dos atores nos comitês concentra as maiores proporções nos representantes na faixa etária entre 31 a 40 anos, e também maior concentração (58%) nas faixas etárias mais jovens. A maior composição dos membros está nas categorias mais jovens (até 50 anos).



**Gráfico 2:** Distribuição dos representantes por idade. Dados de pesquisa

Considerando que o membro eleito deve estar preparado para defender os interesses do segmento que representa, segundo publicação da ANA (2011), também interrogamos os representantes sobre: o nível de escolaridade; área de formação; a experiência em outros organismos colegiados, tanto na área de recursos hídricos, quanto em outras áreas.

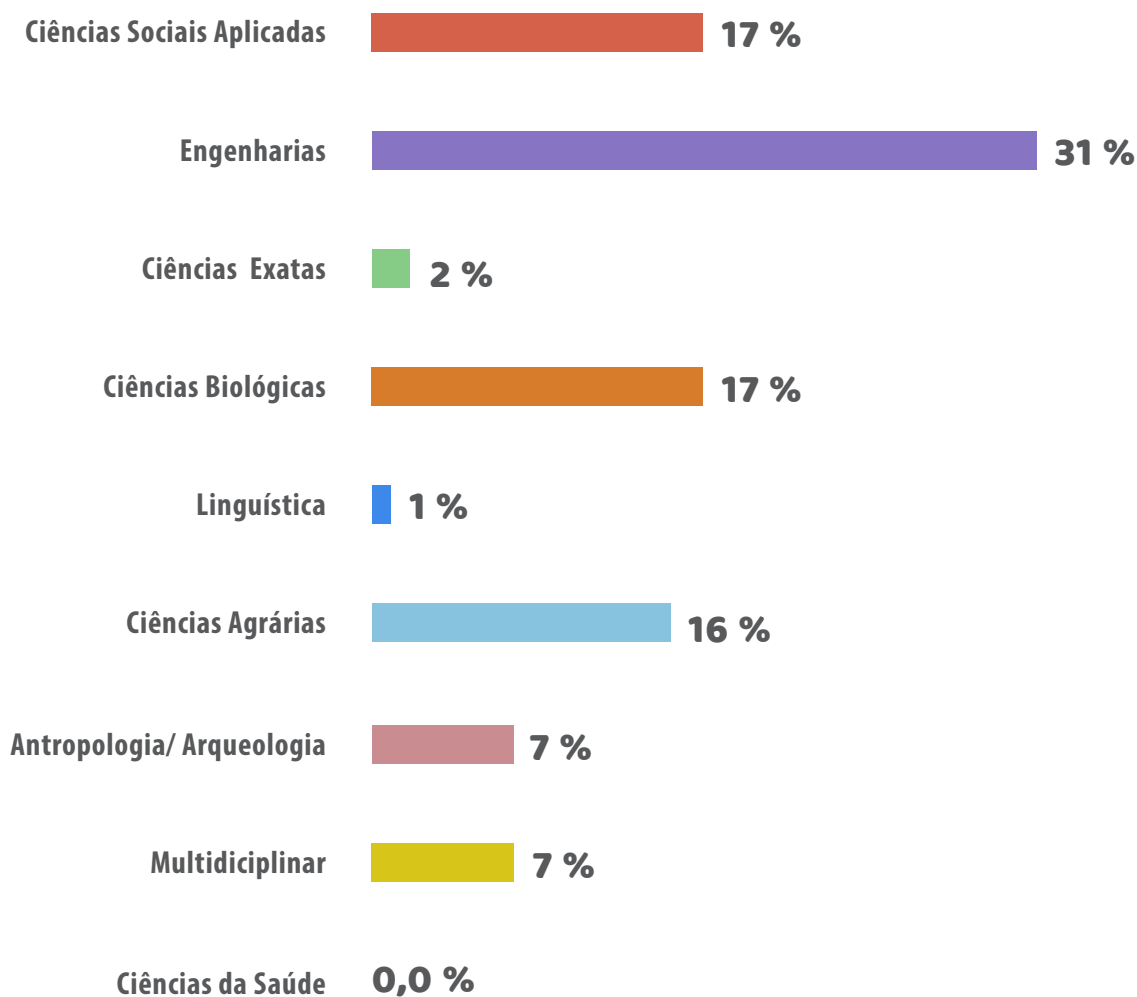
Ao ser analisado o grau de escolaridade dos respondentes que atuam nesses espaços, como mostra o Gráfico 3, as categorias mais indicadas foram “superior completo” e “MBA/Especialização”, com 27% cada. Os dados mostram ainda que no que se refere à escolaridade os extremos estão situados no Ensino Médio, no qual a quantidade de representantes com esse grau de ensino técnico completo atinge 4% e no nível de doutorado com 2% de representantes (diferindo de outros estados como Goiás e Santa Catarina, com 11% das indicações nestas categorias).



**Gráfico 3:** Escolaridade dos respondentes. Dados de pesquisa

No que se refere à escolaridade, a pesquisa encontrou um perfil altamente escolarizado dos representantes, apenas 6% não ingressaram no nível superior. É possível observar pelo gráfico que mais de 84,7% dos representantes que responderam a questão concluíram curso de ensino superior, e mais de 57,6% ingressaram em cursos de pós-graduação.

A área de formação que se destaca são os cursos da área de Engenharias com 31%, sendo quase o dobro da segunda área mais indicada, ligada às Ciências Sociais Aplicadas (Administração Pública e de Empresas, Contábeis e Turismo; Arquitetura, Urbanismo e Design; Comunicação e Informação; Direito; Economia; Planejamento Urbano e Regional; Demografia; Serviço Social) e Ciências Biológicas com 17% cada. Na sequência, foram indicadas as Ciências Agrárias (Ciências de Alimentos; Ciências Agrárias; Veterinária; Zootecnia), com 16%; as demais áreas receberam menos de 8% das indicações dos respondentes, como pode ser observado no Gráfico 4.

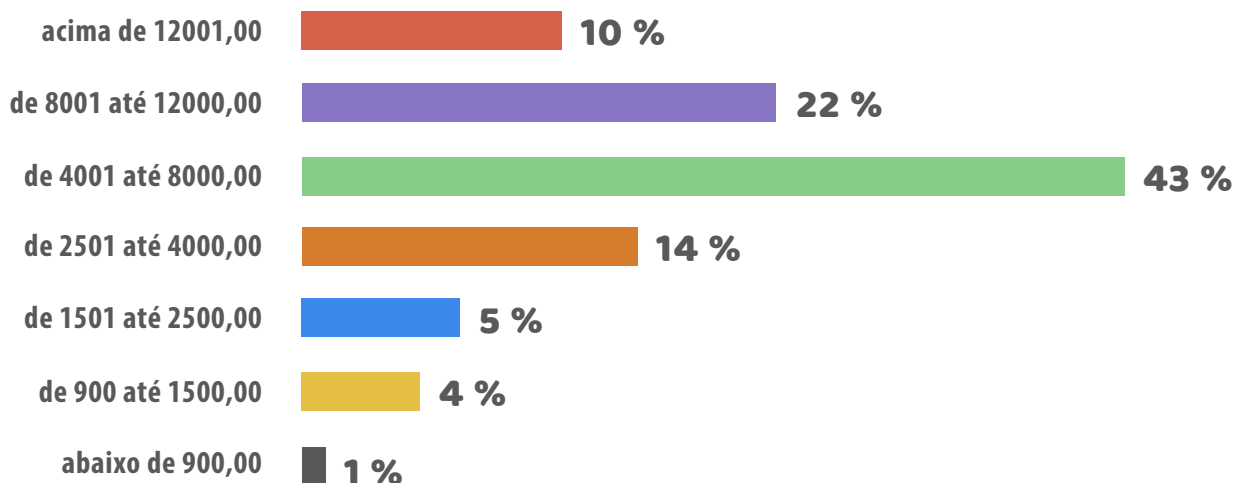


**Gráfico 4:** Distribuição dos representantes por área de formação (em%). Dados de pesquisa

Considerando que as representações nos comitês devem refletir o múltiplos interesses em sua jurisdição, podemos indagar se nas bacias onde estes comitês estão instalados, se não existem outros grupos que representam outras linguagens, saberes e formações e que são representativos na bacia, como por exemplo, os pescadores, quilombolas, comunidades indígenas e outros setores. A representatividade e representação nos comitês de bacias é um tema que necessita de uma avaliação permanente.

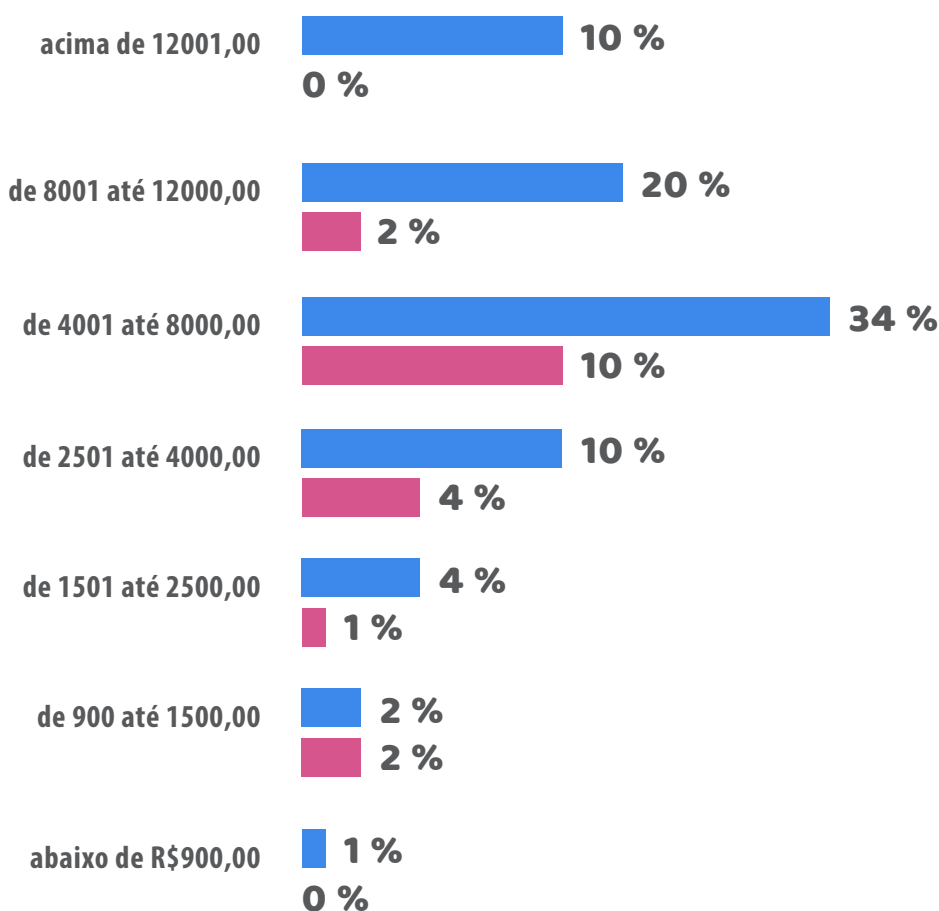
No que se refere à distribuição dos recursos (gráfico 5) os resultados do estudo mostram em relação à renda familiar, que de forma geral, entre os representantes, cerca de 75% ganham acima de R\$ 4.001,00. Neste grupo, 43% de 4001 até 8000; 22% ganham entre 8001 a 12000 reais; 14% recebem entre 2501 até 4000; 10% possuem rendimentos acima de R\$ 12.001,00; 5% possuem rendimentos de 1501 até 2500,00, nas categorias inferiores 4% recebem entre 900 e 1500 reais; e 1% abaixo de 900 reais.





**Gráfico 5:** Renda familiar média dos representantes em porcentagem. Dados de pesquisa

Dos representantes que possuem os rendimentos mais elevados, acima de R\$4001, observou-se que 12% são do sexo feminino. Em uma análise comparativa percebe-se que não apenas as mulheres são ainda minoria nos organismos de bacia, mas também estão mais presente nos grupos com as rendas familiares mais baixas.

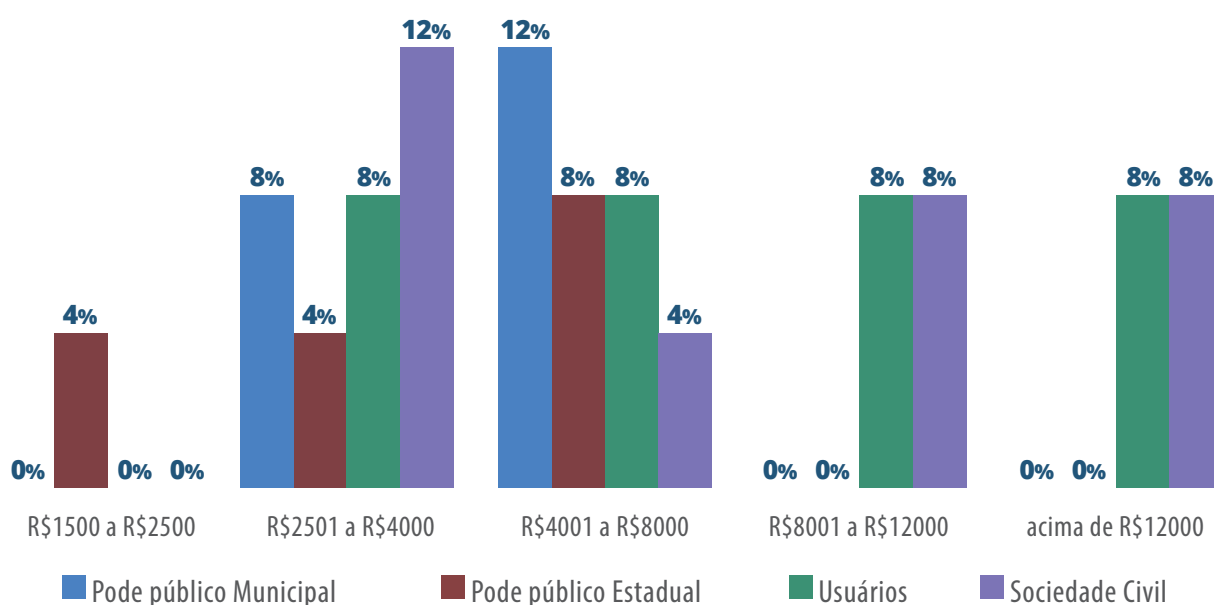


**AZUL:** Homens; **ROSA:** Mulheres

**Gráfico 6:** Renda familiar média dos representantes por sexo em porcentagem. Dados de Pesquisa



Os resultados encontrados indicam, majoritariamente, um perfil com renda acima da média do país, se comparado como o valor do salário mínimo estabelecido (R\$954,00) ou com o rendimento nominal mensal domiciliar per capita Nacional de 2.112,00 (IBGE, 2018).Esses dados corroboram com os apontamentos de Santos Junior e tal. ,(2004,p.37), que o perfil dos representantes constitui uma espécie de elite de referência, ou de uma comunidade cívica portadora de uma cultura associativa, caracterizada por um perfil socioeconômico superior e por maior grau de informação e de capacitação técnica e política, se comparada à média da população em geral. Ao serem desagregados pelo setor de representação (Gráfico 7), observa-se que os dados mostram um perfil de alta renda, sendo que este é mais acentuado entre os representantes do segmento dos usuários de água e sociedade civil.



**Gráfico 7:** Renda familiar mensal por setor de representação (em%). Dados de pesquisa

Perguntamos também aos representantes sobre o tempo de participação e representação em comitês de bacia, e observamos que 22% participam há menos de 1 ano da composição do comitê; 47% de 1 a 5 anos; 20% de 6 a 10 anos; 8% de 10 a 15 anos; 3% de 16 a 20 anos; e não recebeu indicações a categoria “mais de 20 anos”. Os dados sobre o tempo de participação representam que está existindo uma renovação nestes comitês de bacias, o que pode ser considerado importante para a renovação de quadros para participação na gestão de recursos hídricos. Quando se desagrega os dados pelo setor de representação observa-se os representantes do segmento Usuários de água e Sociedade Civil são os que apresentam o maior percentual de representantes com menor tempo de participação, inferior a 5 anos (69%); no outro extremo, os que participam há mais de 11 anos (11%) os que apresentam os maiores percentuais são os representantes da sociedade civil.



Considerando que a experiência participativa dos atores representantes, tanto do ponto de vista individual, quanto do ponto de vista das organizações civis representadas nos CBH do Estado de Espírito Santo, representa um diferencial importante para assegurar a concretização do potencial que se espera dos arranjos de governança no que diz respeito ao processo decisório das políticas públicas das águas, os resultados da pesquisa permitiram constatar uma fraca inserção dos representantes dos comitês de bacias em outros organismos colegiados relacionados à gestão de recursos hídricos. Ao ser questionado se os representantes dos comitês de bacia participam também de outros organismos colegiados relacionados à gestão de recursos hídricos (Gráfico 8), 27% dos respondentes informaram que participam e 73% disseram que participam apenas do Comitê de Bacia no qual fazem parte.

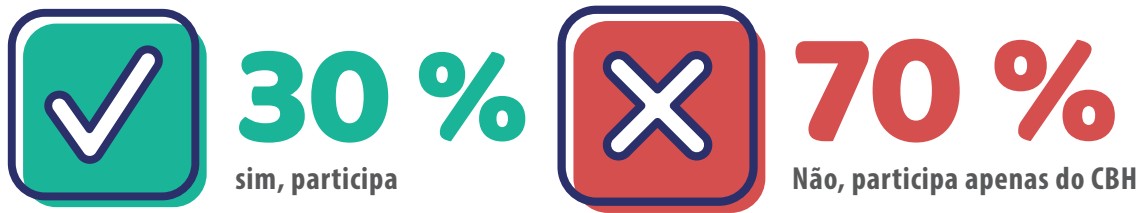


**Gráfico 8:** Participação em outros organismos de gestão de recursos hídricos (em %). Dados de pesquisa

Esses dados permitem perceber que, dos 27% dos respondentes do Estado de Espírito Santo, além de participarem de comitês de bacia, participam também do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (1%); do Conselho Estadual de recursos Hídricos (10%); Fórum Nacional de Comitês de Bacia (8%); Fórum Estadual de Comitês de Bacia (4%), e outros (2%, como exemplo foi citado o Movimento Pró Rio Doce). Este resultado pode ser positivo pois, ao participarem de outros organismos colegiados que também debatem recursos hídricos os representantes de comitês do Estado de Espírito Santo podem ampliar a integração e articulação para troca de experiências e aprendizado com outras esferas de participação. O mesmo pode ser considerado em relação a participação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e no Fórum Nacional de Comitês de Bacias.

Por outro lado, dado que a dinâmica política que caracteriza o estabelecimento dos arranjos tem um papel importante na atuação dos representantes nos espaços de decisão das políticas das águas, os dados da pesquisa mostram que além de participar do comitê de bacia, 30% dos atores representantes indicaram que também participam ou são membros de outros organismos colegiados (Gráfico 9), como por exemplo: conselhos de educação e de saúde.





**Gráfico 9:** Participação em outros colegiados em porcentagem. Dados de pesquisa

Outros organismos colegiados mencionados foram: Comitê de Saneamento Básico Municipal; Conselho da Floresta Nacional de Goytacazes; Conselho das Cidades; Conselho em Área de Proteção Ambiental; Conselho Gestor de Parques (Paulo César Vinhas; Parque Natural de Jacaranema); Conselho Municipal de Agricultura; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; Conselho Municipal de Habitação; Conselho Municipal de Meio Ambiente; Conselho Municipal de Turismo; Conselho Regional de Engenharia; Conselho Regional de Química; Fórum de Secretários de Agricultura e Meio Ambiente do ES (FOSEMAG); Fórum de Secretários de Desenvolvimento Econômico da Região Central Serrana do ES; Fundação Bionativa; Pacto pela restauração da Mata Atlântica; Projeto Verena; Projeto Biomas, TerraMar.

A participação dos representantes em comitês de bacia em outros organismos colegiados pode contribuir para a articulação e integração da temática recursos hídricos em outras políticas públicas. As diversas formas de participação são importantes para a construção de uma sociedade democrática. Algumas formas de participação são apenas consultivas, enquanto os comitês de bacia diferem de outras formas de participação previstas em outras políticas públicas, pois têm como atribuição legal deliberar sobre a gestão da água fazendo isso de forma compartilhada com representantes da sociedade civil e dos usuários, e do poder público.

20



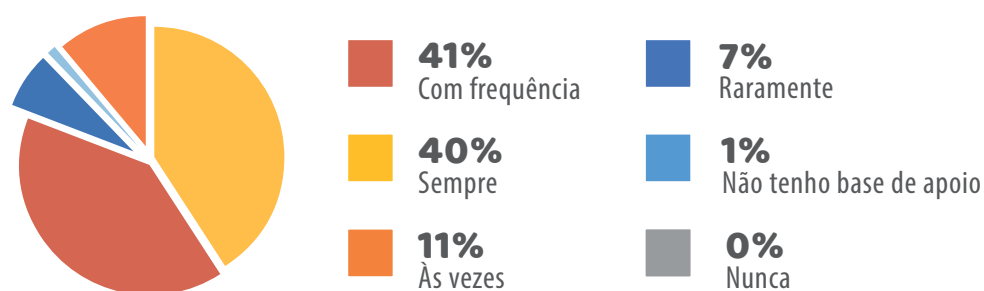
## PERCEPÇÕES DOS REPRESENTANTES SOBRE O PROCESSO DECISÓRIO

Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) são instituições participativas por envolverem conjuntos de normas e procedimentos que estruturam a ação social e política, tal como instituições políticas mais tradicionais (eleições, assembleias e outras). Além disso, as instituições participativas, por meio de suas instâncias representativas – formalmente

organizadas e vinculadas a estruturas do Estado – proporcionam a vocalização de demandas, a discussão pública e a formação de acordos a partir da contribuição de cidadãos e grupos organizados da sociedade.

De acordo com a legislação, os CBH devem definir as regras a serem seguidas com relação ao uso das águas. E a composição dos comitês deve refletir, como foi já referido anteriormente, os múltiplos interesses com relação às águas da bacia. No exercício das funções os representantes refletem os interesses da organização que representam e do segmento no qual fazem parte. Neste sentido, o representante é indicado e está sujeito a um mandato vinculado. Entretanto, há sempre o risco que ocorra a auto representação, ou seja, um representante eleito entre seus pares pode defender interesses próprios ou particulares, e não compartilhar com o grupo as questões debatidas. Desta forma, este membro não estaria representando adequadamente os interesses para os quais foi eleito.

Considerando esses apontamentos questionou-se aos membros dos comitês com que frequência, no exercício do seu mandato como representante, eles mantêm contato com as sua(s) base(s) de apoio /organização no qual representa (Gráfico 10).



**Gráfico 10: Frequência de contato com a base de apoio. Dados de pesquisa**

Percebe-se que 80% dos representantes mantêm contato com frequência ou sempre; 18% fazem contato às vezes ou raramente; e 1% dos respondentes não possuem uma base de apoio. O resultado de 80% manter contato é bastante positivo, porém, preocupa o fato de que 18% não fazem o mesmo, e é de uma preocupação ainda maior, considerando que a representação nos comitês é por segmento, que haja representantes que não possuem base de apoio.

Considerando esses apontamentos questionou-se aos membros dos comitês com que frequência, no exercício do seu mandato como representante, eles mantêm contato com as sua(s) base(s) de apoio /organização no qual representa para tratar assuntos específicos como: construir e/ou fortalecer as articulações com o seu segmento representação; para prestar contas sobre a atuação; relatar os debates e deliberações; e para definir ou sustentar um posicionamento nas reuniões nos comitês. Como pode ser observado no gráfico 11, 73% (média) dos representantes, mantêm contato mais frequente com sua base de apoio, ou seja, a organização no qual representa no CBH.

Para construir / fortalecer articulações com seu segmento:



Prestar contas sobre a sua atuação no CBH:



Relatar os debates / deliberações do CBH:



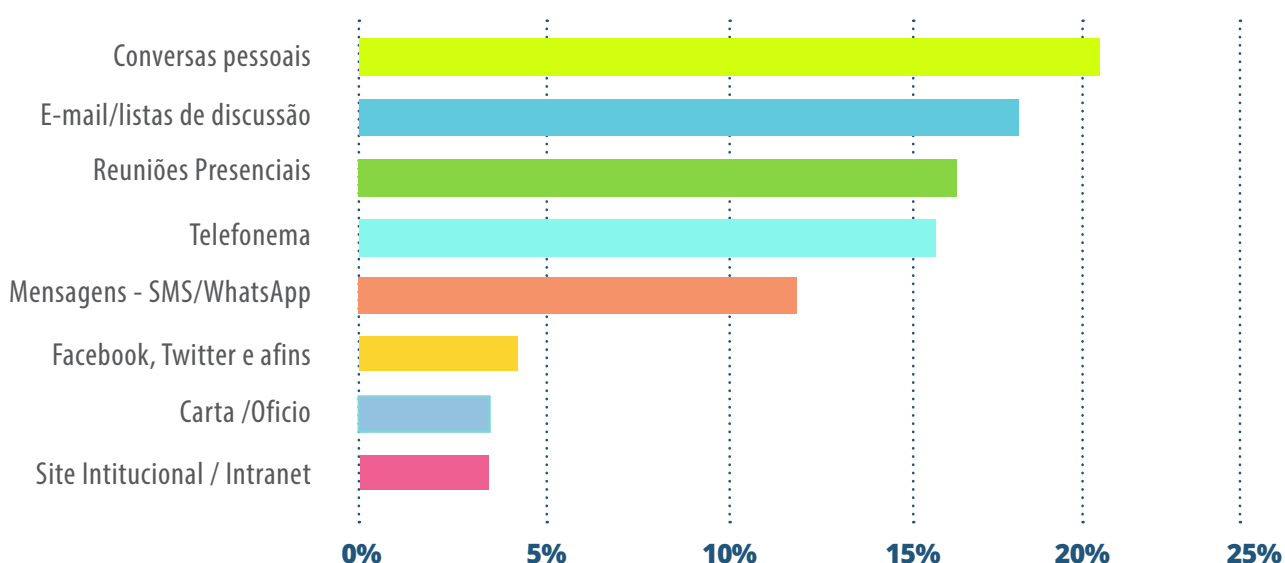
Definir/sustentar posicionamento no CBH:



**Gráfico 11:** Frequência de consulta a base de apoio (organização que representa). Dados de pesquisa

A questão da representação, uma vez acertado quem (pessoa) representa quem (organização), tem-se a pergunta: “Como o representa?”, tendo em vista que estes são chamados a representar os interesses específicos de um segmento, e normalmente ele pertence à mesma categoria profissional dos representados.

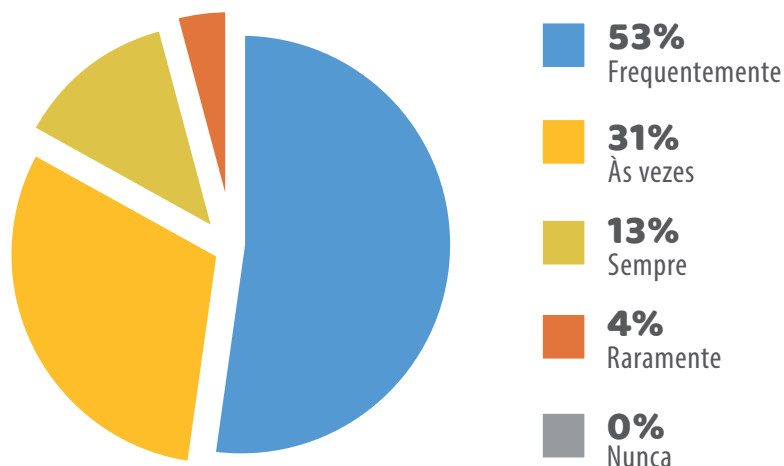
Outra questão no que diz respeito à relação entre representante e representados, foi quais eram as formas de contato mais utilizadas para a realização de contato com a organização que representa no comitê de bacia. Nesta questão, os respondentes podiam indicar mais de uma opção.



**Gráfico 12:** Formas de contato mais utilizadas para contato com a organização que representa. Dados de pesquisa



Após questionarmos sobre a atuação do representante, perguntamos a percepção dele sobre a atuação dos demais representantes do segmento de atuação, inserindo a seguinte questão: Para você, com que frequência a atuação dos(as) representantes corresponde aos interesses do respectivos segmentos de atuação?



**Gráfico 13:** Percepção sobre a correspondência entre atuação dos representantes e segmento de representação. Dados de Pesquisa

Como pode ser observado no gráfico apresentado, apenas para 13% dos respondentes a atuação dos representantes sempre corresponde aos interesses do respectivo segmento de representação; para 53% dos respondentes corresponde frequentemente aos interesses do segmento; os outros percentuais foram: às vezes, com 31%; raramente, com 4%, e nunca corresponde aos interesses do segmento de representação não recebeu indicações. Como pode ser observado nos dados na percepção dos representantes a atuação dos demais membros nem sempre corresponde aos interesses dos respectivos segmentos, o que pode ser considerado positivo e que as decisões estejam sendo feitas conciliando os interesses diferentes representados por cada segmento.

O processo decisório nos comitês de bacia é um processo comunicativo de opinião e formação da vontade que precede o momento da tomada de decisão. Nesse sentido, considerando que o processo decisório do comitê deve decorrer de amplo processo de articulação e negociação, devendo ser embasado por estudos técnicos para subsidiar as decisões políticas, perguntamos a percepção dos representantes se os assuntos tratados no Comitê são facilmente compreendidos por todos os representantes, e se a linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os representantes (Gráfico 14). perguntamos a percepção dos representantes se os assuntos tratados no Comitê são facilmente compreendidos por todos os representantes, e se a linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os representantes.



## Os assuntos tratados no CBH são facilmente compreendidos por todos os representantes?



## A linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os representantes?



■ Não ■ Sim, parcialmente ■ Sim, plenamente

Gráfico 14: Percepção sobre a comunicação e entendimento dos representantes. Dados de pesquisa

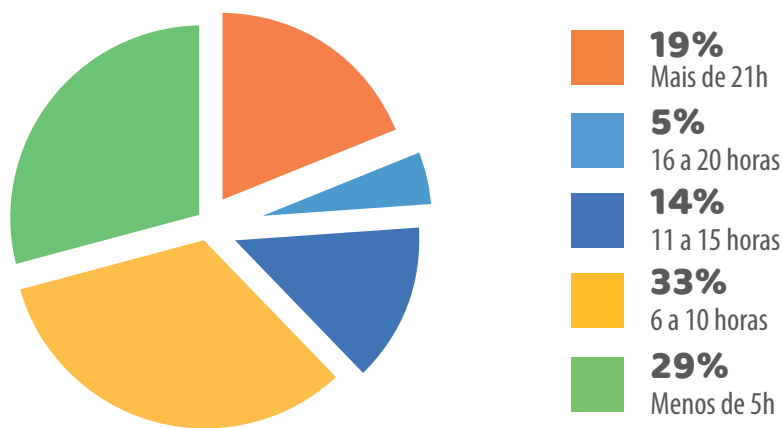
Os membros atuais, com o nível de escolaridade que apresentam, informaram que os assuntos abordados na reunião nas reuniões são apenas parcialmente compreendidos (68%), ou não são compreendidos (11%) e a que parcialmente compreendem a linguagem utilizada (41%), o que parece demonstrar a necessidade de se repensar a forma de apresentação dos temas nas reuniões dos colegiados. Considerando que a maioria dos participantes tem alto nível de escolaridade, o resultado é preocupante, ainda mais se considerarmos a necessidade da ampliação da base social na gestão de recursos hídricos.

No que se refere aos assuntos tratados alguns dos respondentes indicaram a necessidade de maior entendimento sobre a legislação das águas e as atribuições de um comitê de bacia, ou seja, o papel do organismo colegiado e a forma como ele, representante, se insere neste espaço, suas funções ou a profundidade dos temas que estão sendo discutidos. Dentre as falas apontadas destacamos as seguintes: “podemos observar representantes que não assimilaram com segurança a legislação”; “existe um desnivelamento entre os componentes do Comitê”; “falta base técnica do integrantes”; “muitas vezes o tempo das reuniões não são suficientes, falta objetividade”; “as pautas são repetitivas, existem pessoas que não cooperam no processo decisivo e aí o Comitê não anda”.

Outros pontos citados foram: “muitas vezes o membro apenas está para defender seu interesse pessoal”; sobre a adoção da cobrança pelo uso da água na bacia foi mencionado “a dificuldade está com alguns membros que representam Instituições que se consideram inteiramente do campo agrícola, e que não concordam com a cobrança, assim mesmos, sabendo que temos usos insignificantes”; outro respondente é mais enfático ao dizer que “esse nome “cobrança” assusta as pessoas, pois deveria se chamar de contribuição”. Por fim, “vejo um potencial muito grande dentro dos CBHs, no entanto, percebo muitos debates políticos que não acrescentam em nada as plenárias”.







**Gráfico 15:** Tempo médio de dedicação às atividades do comitês por mês. Dados de pesquisa

Os resultados mostram que 29% dos representantes dedicam menos de cinco horas por mês em atividades relacionadas aos comitês de bacias, o maior percentual indicado (33%) corresponde de 6 a 10 horas por mês dedicadas às atividades relacionadas aos CBHs. Na sequência, 19% dos representantes indicaram que se dedicam de mais de 21 horas por mês às atividades do comitê; 14% dedicam entre 11 a 15 horas; 5% de seis a dez horas por mês. Este dado, de forma isolada, parece não ser significativo, porém quando observamos conjuntamente com as informações com apreensão dos assuntos abordados no âmbito dos comitês, pode-se sugerir que mais horas de dedicação poderiam ampliar o entendimento dos representantes acerca dos temas recorrentes ao ser representante. Em comparação a outros estados, o número de horas dedicadas no Espírito Santo é relativamente maior, bem como uma indicação da categoria “mais de 21 horas” de dedicação, o indicativo pode estar atrelado à criação e instalação dos últimos comitês de bacia, demandando assim, maior tempo de entendimento da legislação e construções no âmbito de cada comitê.



## PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES SOBRE OS ORGANISMOS COLEGIADOS

Nas questões seguinte, buscou-se conhecer a percepção dos participantes quanto à efetividade dos comitês de bacias hidrográficas no que concerne a sua capacidade de se organizar e influenciar diferentes esferas governamentais. Visando ampliar esse entendimento na primeira questão pedimos para que avaliassem (de muito satisfatório

à insatisfatório) a composição do CBH em relação a (Gráfico 16): Nível de informações que os representantes do comitê dispõem para argumentar ou decidir sobre as pautas das reuniões; Forma de escolha das entidades com assento no CBH; Número de representante em cada segmento; Diversidade de setores representados.

Nível de informações que dispõem para argumentar ou decidir sobre as pautas das reuniões



Forma de escolha das entidades com assento no CBH



Número de representantes em cada segmento



Diversidade de setores representados



**Gráfico 16:** Percepção do representante quanto a composição do comitê. Dados de pesquisa



Os resultados sobre o 'Nível de informações que os representantes do comitê dispõem para argumentar ou decidir sobre as pautas das reuniões' foi considerado satisfatória e muito satisfatória por 56% dos representantes deste Estado. Este resultado é pouco diferente quando os atores foram perguntados sobre o entendimento dos assunto tratados, neste, os integrantes estão pouco mais satisfeitos com a informação, diferente da anterior. Assim para a participação, 44% é o percentual de representantes que consideram o nível de informações de indiferente a insatisfatória. No que se refere às outras categorias os representantes, em sua maioria, consideram muito satisfatória/satisfatória a forma de escolha das entidades para terem assento no Comitê (81%), resultado que pode gerar uma acomodação sobre esta seleção. Esta reflexão também serve para o resultado sobre o número de representantes de cada segmento (85%) e a diversidade de setores representados (80%).

Na sequência, solicitamos que o respondente avaliasse o seu grau de articulação com representantes de outros segmentos no espaço do Comitê de Bacia.

### Sociedade Civil



### Usuarios de água



### Pode Público Estadual



### Pode Público Municipal



■ Muito satisfatória ■ satisfatória ■ Indiferente ■ Pouco satisfatória ■ Insatisfatória

Gráfico 17: Auto-avaliação do grau de articulação do representante com os de outros segmentos do Comitê. Dados de pesquisa

Observa-se maior dificuldade de aproximação com o segmento do poder público estadual e dos usuários de água, apesar de apresentar pequena variação entre os segmentos. Na seguida perguntou-se “como você avalia o papel dos segmentos relacionados a seguir na atuação do CBH?”.

### Sociedade Civil



### Usuarios de água



### Pode Público Estadual



### Pode Público Municipal



■ Muito satisfatória ■ satisfatória ■ Indiferente ■ Pouco satisfatória ■ Insatisfatória

Gráfico 18: Percepção sobre atuação do segmento de representação no Comitê. Dados de pesquisa

Observa-se que 33% avaliam que o papel da sociedade civil vai de indiferente à insatisfatória, assim como para os usuários de água isto chega à 27%, poder público estadual chega à 34% e poder público municipal chega à 38%. O resultado



representa uma preocupante avaliação da participação do poder público municipal e poder público estadual, indicando a necessidade de melhorias na participação dos representantes destes segmentos.

A presença de um conjunto de estruturas organizacionais tais como mesa diretora, secretaria executiva (e seu modelo), câmaras ou grupos técnicas são partes importantes da estrutura que as compõem, pois contribuem com a capacitação dos membros. Sem a compreensão das regras e diretrizes gerais, os representantes dificilmente participarão adequadamente do processo. Considera-se assim que assimetrias (de formação e informação) comprometem a organização democrática destas instituições. Tendo em vista estas considerações, pedimos aos representantes que avaliassem (de muito satisfatória a insatisfatória) as estruturas administrativas e organizacionais do Comitês: Secretaria Executiva; Meios de comunicação e divulgação (informes, página eletrônica, publicações); Regimento interno e resoluções; Atuação da Diretoria; Plenária e as Câmaras técnicas.

#### Câmaras Técnicas



#### Plenária



#### Atuação da diretoria



#### Regimento Interno e Resoluções



#### Meios de divulgação e informes



#### Secretaria Executiva



■ **Muito satisfatória**
■ **satisfatória**
■ **Indiferente**
■ **Pouco satisfatória**
■ **Insatisfatória**

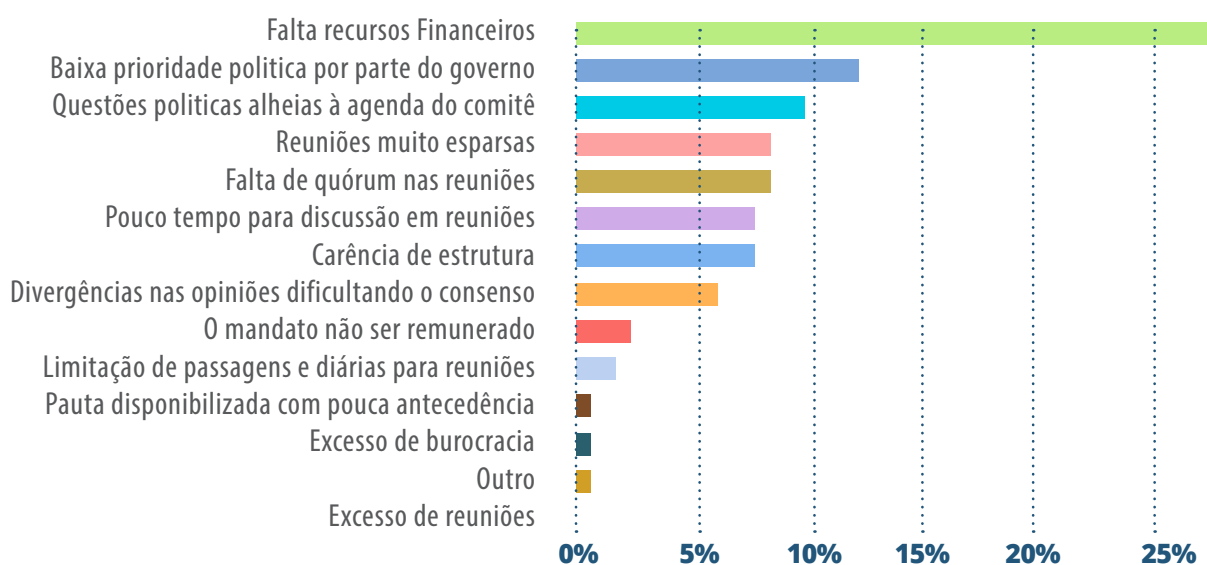
**Gráfico 19:** Percepção sobre as estruturas administrativas e organizacionais do Comitê. Dados de pesquisa



Dentre as estruturas dos comitês de bacia, Meios de comunicação e divulgação (informes, página eletrônica, publicações) apresentou maior indicativo que requer aperfeiçoamento, tendo em vista que 43% dos representantes avaliaram de indiferente (13%) a insatisfatório (15%). As categorias subsequentes com baixa avaliação (35%) o funcionamento das câmaras técnicas e o regimento interno e resoluções do Comitê. As Câmaras Técnicas foram avaliadas de indiferente (19%); pouco satisfatória (9%) e insatisfatória (7%). Estes dados podem estar indicando que existe a necessidade de reflexão sobre as formas organizacionais dos comitês. As câmaras técnicas possuem a atribuição subsidiar a tomada de decisões do comitê, por buscar desenvolver e aprofundar as discussões temáticas necessárias antes de sua submissão ao plenário. As Câmaras são constituídas preferencialmente pelos membros, titulares ou suplentes do comitê, ou, excepcionalmente, poderão ser compostas por representantes formalmente indicados por esses membros. Em geral, a composição deve procurar refletir a proporcionalidade entre os segmentos representados. Nesses fóruns de discussão, é comum serem convidados técnicos especialistas para que possam colaborar com os debates e enriquecer as análises efetuadas. (ANA, 2011b).

Também foram avaliados entre indiferente a insatisfatória: o Regimento interno e resoluções com 21%; as Plenárias, 29% a Secretaria Executiva com 19% e a atuação da Diretoria com 7%. Tendo em vista estes números, seria importante observar e estudar o que pode estar acontecendo, especialmente, com as Câmaras Técnicas, que parecem não estar conseguindo cumprir com seus objetivos.

Visando ampliar o entendimento sobre complicadores no exercício deliberativo, questionou-se aos representantes quais seriam as principais dificuldades e obstáculos enfrentados pelo Comitê.



**Gráfico 20:** Percepção sobre as estruturas administrativas e organizacionais do Comitê. Dados de pesquisa



Em análise das respostas, percebeu-se que as maiores dificuldades apontadas pelos representantes foi a falta de recursos financeiros com 29,4%. Na sequência aparecem a 'baixa prioridade política por parte do governo' e Questões políticas alheias à agenda do comitê com 13,6% e 9,9%; a realização de reuniões serem muito esparsas e Falta de quórum nas reuniões, com 8,6%. Com 7,4% das indicações aparecem o 'pouco tempo de discussão durante as reuniões' e a Carência de estrutura. Em relação aos três primeiros itens, é possível dizer que eles estão relacionados entre si, já que a falta de recursos financeiros pode ser por conta da prioridade política dada a gestão dos recursos hídricos.

Em sequência, com apenas 6,2% das indicações foram os problemas: 'a divergência nas opiniões dificultando o consenso' e 'o mandato do representante não ser remunerado'; com 3,7% das indicações aparecem; Limitação de passagens e diárias para comparecimento de representantes às reuniões, com 2,5%; 'Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca ou nenhuma antecedência' e Excesso de burocracia, com 1,2%.

As demais categorias apresentadas não receberam indicações. Os seguintes apontamentos foram destacados pelos representantes: "são vários itens que acabam dificultando, percebo que ainda existe muito entrave"; e "as pautas são de ordem burocrática e não de debates e decisões e geralmente não trata dos conflitos existentes na bacia pois muitas vezes são pessoas blindadas que estão por trás do conflito".

Em sequência, questionou-se ao representante a sua percepção (de muito satisfatório a insatisfatório) sobre a influência do Comitê de Bacia (Gráfico 21) em outras esferas.

Opinião pública sobre CBH



Opinião pública sobre RH



Iniciativas do setor produtivo



Iniciativas da sociedade Civil



Na Assembleia Legislativa



Na Câmara Municipal



■ **Muito satis.** ■ **satisfatória** ■ **Indif.** ■ **Pouco satis.** ■ **Insatis.** ■ **Não**

**Gráfico 21:** Percepção sobre as influências do CBH. Dados de pesquisa

De um modo geral, percebe-se que 74% dos respondentes consideram que vai de indiferente à insatisfatória as contribuições do Comitê para influenciar as discussões e decisões em outras organizações, e 5% não souberam como avaliar. Dentre os representantes, apenas 13% consideraram satisfatória a capacidade do Comitê de Bacia em influenciar a Agenda de debates da Assembleia Legislativa do Estado. Sobre essa capacidade de influência, 76% dos representantes indicaram como indiferente à insatisfatória e 8% não souberam avaliar. Sobre a capacidade de influenciar as Agendas de debates nas Câmaras Municipais, 73% consideram que vai de indiferente à insatisfatória, e apenas 17% julgou como satisfatória e 3% muito satisfatória.

No que se refere à capacidade de influenciar iniciativas do setor produtivo e da sociedade civil, a avaliação de indiferente à insatisfatória respectivamente vão de 62% e 70%. Os que não souberam avaliar, em ambas as categorias corresponde a 7 e 6%. Para as categorias que questionaram sobre a capacidade do CBH em influenciar a Opinião pública sobre o tema gestão de recursos hídricos e a Opinião pública sobre a atuação do Comitê de Bacia, foram indicados 82% e 79% como indiferentes à insatisfatório, e 1% não soube informar.

Os resultados acima parecem demonstrar que os Comitês de Bacias no Estado do Espírito Santo não estão cumprindo com os objetivos da política de recursos hídricos, pelo menos em relação ao tema da integração e articulação para influenciar políticas públicas.





# APONTAMENTOS FINAIS





Neste trabalho buscamos contribuir para os estudos sobre a participação em comitês estaduais de bacia hidrográfica ao apresentar o perfil dos representantes membros e oferecer informações que possam apontar aspectos importantes da capacidade inclusiva dos representantes pesquisados. tendo como premissa que uma 'boa' governança é fundamental para alcançar a segurança hídrica.

Após a análise dos dados, observa-se que entre os respondentes grande disparidade no que diz respeito a participação entre homens e mulheres, sendo consideravelmente menor a participação de representantes mulheres. Este parece ser um reflexo do desafio, para o país como um todo, à igualdade de gênero em âmbitos políticos e representativos. A participação igualitária das mulheres na gestão dos recursos hídricos é um importante fim, um reconhecimento de seu direito a falar e a ser ouvida. De forma mais geral, é um meio para a transformação social.

No quesito de idade dos membros, o estado do Espírito Santo apresenta uma disparidade menor, do que a de outros estados num geral, entre a quantidade de membros jovens adultos e adultos e idosos. A categoria '31 a 40 anos' possui o maior número de indicações, seguida da '41 a 50 anos'. A parcela de membros com menos de 50 anos se faz maioria e o estado também possui o presidente de comitê mais jovem do Brasil, sendo esse o presidente do CBH de Santa Joana. Existe uma reflexão a ser feita sobre a importância de investimento na formação de representantes mais jovens, no intuito de darem continuidade no processo de participação social da gestão das águas, uma vez que será necessário capacitá-los para este processo independentemente.

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos participantes pode significar uma elitização na composição dos comitês de bacias e desta forma, merece uma reflexão sobre a participação de outros atores que ainda não estão dentro do processo de gestão de recursos hídricos por meio dos comitês de bacias. É importante destacar também o risco que uma abordagem tecnocrática pode gerar nos órgãos deliberativos hidrográficos, assim a participação efetiva de membros com arcabouços das ciências humanas é crucial para impedir uma otimização excessiva. No caso do Espírito Santo, a segunda maior área do conhecimento presente nas especializações dos membros é a das ciências humanas, menor somente que das engenharias. Em paralelo com a realidade dos demais estados, é uma vantagem.

Em resumo, os dados apresentados permitem traçar um panorama do perfil dos representantes membros de comitês de bacia, que em sua maioria, são do sexo masculino, com mais de 41 anos, pertencentes às classes médias e alta e possuem alta escolaridade. Espera-se que esses arranjos de governança devam ser capazes de incluir



todos os indivíduos nos processos deliberativos e decisórios, independente das posições de poder que ocupem nas relações sociais. Desse modo, percebe-se a necessidade de uma participação mais equilibrada das mulheres e dos jovens nos comitês de bacia, e consequentemente na gestão dos recursos hídricos.

Quanto ao perfil participativo, nota-se que o percentual de participação em outras esferas políticas, ou seja, experiência em outros processos deliberativos, sendo também membros de outros organismos colegiados nacionais, foi incrivelmente baixo. Foi observado que 27% dos respondentes também participam de outros organismos de gestão de recursos hídricos e 30% participam de organismos colegiados em outras áreas. De uma ótica otimista, esse resultado é positivo pois indica a possibilidade de ampliação do entendimento dos agentes e aponta para articulações mais efetivas. Sendo a participação em outros organismos de gestão especialmente favorável à articulação interna dos agentes e da atuação dos respectivos comitês e a participação em demais organismos colegiados crucial para integração de demais movimentos sociais às pautas dos comitês. Porém, é uma minoria expressiva da quantidade que realiza essa integração, o que faz com que as deliberações dos comitês possam distojar das necessidades gerais, integradas

No que diz respeito a relação representante e representado, maioria dos representantes alega que mantêm frequentemente ou sempre contato com a organização que representa, o que é crucial para analisar o quão representativo é o agente. Embora também tenha sido observado respondentes que alegaram não manter contatos regulares, ou não dispor de base de apoio. De modo parecido, foram os dados sobre a percepção dos representantes sobre a representatividade dos segmentos nos comitês, ou seja, se as atuações dos agentes correspondem ao respectivo segmento de representação. Apontando, portanto, que a atuação dos agentes condiz com os interesses da organização no qual representa no Comitê.

Os respondentes como um todo alegam compreender a linguagem utilizada, porém parte expressiva desses membros alegou compreender parcialmente ou não entender, o que aponta para um possível gargalo na apresentação e discussão dos temas. Também identificamos um gargalo ao descobrir que mais da metade dos respondentes gasta 10 horas ou menos com assuntos relacionados ao comitê mensalmente. Esse resultado é muito preocupante.

No que tange a percepção dos membros sobre o funcionamento interno, pudemos observar que a maioria das questões foi respondida como satisfatória ou muito satisfatória. Porém, também foi concluído, com base nas respostas, que a influência do



comitê e suas respectivas decisões têm sido pouco satisfatória. Isso é preocupante pois aponta que, mesmo com um regimento interno aparentemente exemplar, o comitê não se faz influente na sociedade.

A participação dos representantes é um fator crítico e princípio fundamental para a gestão e governanças das águas, tendo em vista a possibilidade de melhorar a qualidade das decisões, dar legitimidade a gestão, melhorar as relações entre os atores envolvidos. A representação importa na medida em que permite observar quão representativa é uma instituição participativa da população em geral (idade, sexo, educação), e se não têm grupos ou interesses relevantes excluídos da participação, ao mesmo tempo em que ajuda na identificação da distribuição do poder dentro das instituições participativas. A representação implica a pluralização da representação da participação dos atores e a sua legitimidade (quem, o que e como se representa), assim como dessas institucionalidades, dado as especificidades dos mecanismos de autorização e de accountability nos processos participativos. Portanto, a legitimidade democrática das instâncias de participação não está dada, mas é contingencialmente buscada na qualidade do processo representativo que ela engendra e no contexto sociopolítico ao qual são instituídas.





# REFERÊNCIAS

ANA - Agência Nacional de Águas. O Comitê de Bacia Hidrográfica: O que é o que faz?. Agência Nacional das Águas (Cadernos de capacitação em recursos hídricos; v. 1. Brasília: SAG., 2011.

ANA - Agência Nacional de Águas. Progestão - Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas.

ANA - Agência Nacional de Águas. A evolução da gestão dos recursos hídricos no Brasil. Brasília, 2002.

BOBBIO, N. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Lei nº. 9.433. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. De 8 de Janeiro de 1997.

CHHOTRAY, V.; STOKER, G. Governance Theory and Practice: A Cross-Disciplinary Approach. England: Palgrave Macmillan, 2009.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 5.818. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos, do Estado do Espírito Santo' SIGERH/ES, e dá outras providências.


ESPÍRITO SANTO. Lei nº 10.179, de 18 de março de 2014, dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos, do Estado do Espírito Santo (SIGERH/ES).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018.

IBGE. Censo, 2010.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pesquisa/53/49645?ano=2019&indicador=49645>

PORTO, Monica F. A.; PORTO, Rubem La Laina. Gestão de bacias hidrográficas. Estud. av., São Paulo , v. 22, n. 63, p. 43-60, 2008 .

FACE  
  
FACULDADE  
DE CIÊNCIAS  
ECONÔMICAS

U F *m* G  
